



RELAÇÕES DE GÊNERO E ETNIA EM GRUPOS PROFISSIONAIS: REFAZENDO IDENTIDADES

Dayse de Paula Marques da Silva¹

Introdução

Apresentar este texto em um grupo de trabalho do Serviço Social em um evento científico com expressão internacional no campo do gênero estimula uma retrospectiva histórica quanto ao investimento nesta área de estudos². Há 22 anos o tema de estudo relacionado ao gênero despertou o meu interesse e foi muito curioso observar a reação que a mudança de objeto da minha dissertação de mestrado em Sociologia provocou em alguns pares na docência da área do Serviço Social. Particularmente, uma colega manifestou o seu estranhamento naquele período (1988), perguntando: Porque você quer estudar a mulher no Serviço Social? Argumentei que bastava observar o fato da maioria em sala de aula, perceptível “a olho nú”, para reconhecer de imediato a importância de estudar este fenômeno social, pois sem dúvida, isto afetava a identidade profissional e de alguma forma, revelava alguma tendência quanto a imagem da profissão. A colega pareceu convencida, ao menos, quanto à inovação que o estudo poderia oferecer para a área que, no Brasil, não apresentava nenhum debate sobre o tema³. Portanto, esta temática vem se expressando no campo do Serviço Social há pelo menos 21 anos e, considerando as características do grupo profissional, o que vem sendo destacado por estes autores, surpreende, ainda, alguns questionamentos quanto à visibilidade que o enfoque do gênero deve ter na formação dos profissionais⁴.

¹ Coordenadora do Projeto Novas hierarquias profissionais: conhecimento, gênero e etnia. Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas. Subreitoria de Extensão e Cultura. Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² Apresentação no *Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos*. Santa Catarina. Agosto/2010

³ Defendi a dissertação de tese de mestrado, intitulada *A trajetória de mulheres universitárias: a conciliação de carreiras profissionais e tarefas domésticas*, em 1989, na pós-graduação em Sociologia, apresentando a formação no Serviço Social como objeto de análise. Antes, neste mesmo ano, Sonia Heckert apresentou a sua dissertação intitulada *Identidade e mulher no serviço social*, na pós-graduação em Serviço Social. Ambas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1991 foi publicado na *Revista Serviço Social e Sociedade* o artigo de Gisèle Legault intitulado *Intervenção feminista e Serviço Social*, na perspectiva da epistemologia feminista. Em 2001, dez anos depois, Renato Veloso apresentou a sua dissertação de mestrado, também na pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, intitulada *No caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e Gênero* que analisa a produção acadêmica na área.

⁴ Hoje, o *Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas*, uma iniciativa vinculada a Sub-reitoria de Extensão e Cultura, na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PEGGE/SR3/FSS/UERJ, fundado em 1998, inclui o projeto de pesquisa *Novas hierarquias profissionais: conhecimento, gênero e etnia*, cujas reflexões teórico-metodológicas estão sendo apresentadas neste texto. O Programa de Pesquisa e Extensão está incluído na Pós-graduação em Serviço Social da referida universidade e integra a sua linha *Identidade e Cultura*.



A marca do feminino é uma característica fundamental para a análise da trajetória do Serviço Social, assim como para outras profissões como a Enfermagem a Nutrição, por exemplo. Entretanto, o avanço nos estudos exigiu um esforço na direção de perspectivas comparativas, o que foi realizado com base na observação da medicina. O enfoque do gênero tornou-se uma abordagem importante para compreender as mudanças da distribuição por sexo na medicina e a concentração de homens e mulheres nas especialidades médicas.

O Serviço Social ainda tem um número muito inferior de homens em seus quadros, comparado com o número de mulheres, o que já não ocorre com a Medicina que apresenta uma tradição de composição masculina. Este curso tem evidenciado um crescimento impressionante da inserção de mulheres, sendo que já superou o número de matrículas de homens nos cursos universitários, evidenciando uma concentração por sexo mais elevada em algumas especialidades médicas (SILVA:2007).

Com o resultado das pesquisas desenvolvidas na pós-graduação *strictu sensu*, ao nível do mestrado e doutorado (SILVA, 1989: 1998), foi estimulante continuar na linha de estudo das relações de gênero no campo profissional, consolidando investimentos na análise da formação de identidades sociais, agregando a temática das relações étnicas no espaço universitário, ao longo da trajetória docente. As carreiras profissionais têm evidenciado um forte componente de identidade social, com manifestação mais ou menos expressiva, conforme o seu grau de prestígio na sociedade.

O grupo profissional, um objeto de estudo destacado na sociologia constitui um fenômeno moderno, muito recente, impulsionado pela sociedade industrial que fortalece a formação do conhecimento científico e sua expressão burocrática. A pesquisa é desenvolvida a partir desta fundamentação teórica – a da sociologia das profissões e dos estudos que asseguram ao gênero o *status* de uma categoria analítica importante para a compreensão de constituição de identidades. Para este trabalho será enfatizado uma análise no campo do Serviço Social, tendo em vista o interesse em um debate mais específico na formação do assistente social. É possível perceber que a ampliação do número de pesquisadores interessados no tema na área do Serviço Social tende a se concentrar nas formas de intervenção profissional e suas áreas específicas, voltando-se para reflexões importantes quanto à capacitação para o atendimento, explorando as relações de gênero na dinâmica social. Este é um avanço muito significativo para a formação de novos profissionais. A ação relacionada a problemas de origem étnica ainda se mostra intermitente e difuso no que se refere a políticas públicas com atuação destes profissionais. As ações afirmativas são as que mais



estão em evidência, mas poucos, a meu ver, têm clareza quanto a sua aplicabilidade na intervenção institucional.

Este estudo se detém na abordagem da própria identidade profissional sob o impacto de categorias analíticas que conferem identidades diferenciadas como o gênero e a etnia. Envolvidas em muitas controvérsias conceituais, as relações de gênero e etnia tem sido incluídas na maioria dos projetos de pesquisa e intervenção nas políticas sociais. Analisar como estes elementos estão interferindo na própria escolha de carreiras enfrenta desafios permanentes, tais como: a) elucidar em que medida o fato de ser mulher ou homem influencia a trajetória profissional, desde a escolha pela carreira até as formas de inserção no mercado de trabalho; b) considerar até que ponto as características étnicas são relevantes na trajetória profissional; c) considerar esta discussão a partir da premissa que prevalece no campo das profissões – o da habilidade e competência científica como os eixos únicos e fundamentais para qualquer debate sobre o grupo profissional. Analisar estas influências no espaço da formação universitária, retomando trajetórias escolares anteriores favorece elucidar os mecanismos que condicionam escolhas e influenciam nas formas de identificação que interferem na ação profissional. Há uma tendência em priorizar o discurso profissional com base nos órgãos de representação, associações de ensino e imagens veiculadas no mercado de trabalho que priorizam a competência técnico-científica e suas diferentes hierarquias como a principal fundamentação da identidade profissional. Entretanto, tem sido considerado que identidades são definidas conforme o sexo, biologicamente determinado e conforme características étnicas, de acordo com a cor da pele, tipo de cabelo, cor dos olhos, tipo de nariz etc., pois consolidam aproximações e formação de grupos em interação permanente com a dimensão cultural da organização social. Neste último caso – o da identidade étnica, a biologia é uma dimensão cada vez mais questionada quanto à definição de uma identidade comum, consolidando na cultura, a sua mais elementar expressão. O gênero, ao contrário das relações étnicas, ainda evidencia uma forte associação com os determinantes biológicos. É importante avançar neste debate para melhor delimitação dos objetos de conhecimento que, freqüentemente, tem se tornado objeto de políticas sociais por meio das quais os assistentes sociais ou os médicos atuam.

As profissões

O grupo profissional tem sido considerado uma referência importante para a formação de identidades e um marco na trajetória pessoal, significando a possibilidade de sucesso e ascensão social na cultura “letrada” ocidental. Na perspectiva da garantia dos direitos sociais, o acesso a



educação consagra a conquista da cidadania. Este processo confere prestígio e esta “moeda” foi associada, ao tipo de conhecimento que se tem acesso e seu grau de valorização social. Em geral, o ensino superior tem conferido maior prestígio. Entretanto, algumas áreas de conhecimento são mais reconhecidas do que as outras. A educação formal, estabelecida conforme o sistema e a rede de ensino priorizada pelos Estados têm sido uma base de sustentação das expectativas sociais de promoção e melhores condições de vida. Quanto mais alto o grau deste ensino, mais prestígio tem o grupo que consegue beneficiar-se da sua oferta. A educação tanto pode servir para uma estratégia de manutenção da posição na pirâmide social (que cada vez mais vem se alterando, dando lugar a uma figura de formato mais retangular) como para mudança nesta posição, a partir de uma estratégia de ascensão social. Alguns grupos que, historicamente encontraram barreiras para ingresso nestes espaços, constituídos por pessoas de cor ou características étnicas discriminadas na sociedade como, por exemplo, os índios e negros, os que foram discriminados por sexo como as mulheres e os homossexuais, os que foram excluídos pelas limitações motoras, visuais, auditivas etc, como os deficientes físicos etc, deram início a processos reivindicatórios que viabilizaram o maior acesso ao ensino e ao mercado de trabalho em condições mais competitivas.

Entretanto, é importante lembrar que o acesso ao conhecimento sempre foi restrito a grupos muito limitados, pois na antiguidade era considerada uma iniciação quase mística, marcada por ritos de passagem muito especiais e circunscritos aqueles que faziam parte de grupos privilegiados que se distinguiam dos outros, dos “comuns” pelo seu conhecimento, pela sua capacidade de “saber a verdade”. Só eles eram capazes de explicar o mundo. Era uma experiência para “iniciados” e sempre expressou uma simbologia associada muito estreitamente a relações de poder. O fenômeno da formação de grupo profissionais na sociedade, não se afasta completamente desta tendência e não supera integralmente o problema da hierarquia entre saberes e tipos de conhecimento. Alguns aparentam valer mais do que os outros e este mecanismo se traduz nos pisos salariais, nas formas de avaliação de profissões e escalas de prestígio que são conferidas a áreas diferenciadas de saber. Agregam-se a este movimento de “construção” de prestígios e hierarquias, os mecanismos criados pelos grupos profissionais de proteção e valorização de seus objetos de ação: os monopólios do conhecimento específico, a interferência direta nas formas de regulação, o controle do mercado profissional etc.

Na pesquisa vem sendo considerado estes mecanismos de valorização dos grupos e formas próprias de fazê-lo como as divulgações por meio de jornais profissionais e jornais de grande circulação. Foram realizadas algumas entrevistas com representantes dos órgãos de representação e



docentes. Este é um tema que tem sido mais explorado pela sociologia das profissões que tem como pressuposto as formas de monopólio do saber e ação profissional, estabelecimento de um corpo de conhecimento próprio e a estrutura burocrática na estruturação de uma profissão. Nesta estrutura são considerados os sistemas de ensino, as formas de regulação da profissão etc. Neste debate, a base para a configuração da identidade profissional tem sido os níveis de conhecimento, os tipos de conhecimento, as habilidades específicas exigidas. O que conformaria a identificação entre pares seria o conhecimento comum, o partilhar de um objetivo do ponto de vista cognitivo e a sua transformação em intervenção profissional por meio da venda de serviços, do estipular de um valor pela prestação do seu conhecimento. A mudança significativa na sociedade moderna revela-se no modo de considerar o conhecimento e a sua dimensão “prática”. Deixa de ser meramente contemplativo para assumir uma dimensão objetiva, com fim prático, de melhoria das condições da vida humana. Entretanto, continua a estabelecer formas de poder, a partir das escalas de prestígio que são constituídas nos diferentes ramos do conhecimento. Esta dinâmica estrutura novas identidades, a partir de uma nova relação que os indivíduos e grupos vão estabelecer com o conhecimento e seu impacto em novas formas de se relacionar com o mundo. Por exemplo, como médicos, engenheiros, advogados, administradores, assistentes sociais, enfermeiras, nutricionistas etc. Esta é a abordagem que a pesquisa destaca, considerando que o impacto destes novos sujeitos no espaço universitário não está sendo observado em sua dinâmica cotidiana, o que implica em ambigüidades pouco exploradas.

O problema do gênero

O conhecimento e o saber sempre foram aptidões consideradas masculinas e uma ação reservada aos homens. A capacidade cognitiva foi negada historicamente para as mulheres. Este imaginário ainda tem impacto no cotidiano, em formas jocosas de fazer referência à capacidade intelectual feminina, em declarações com base em pesquisas científicas de viés biomédico que sugerem desempenhos diferenciados por sexo etc. Há grupos profissionais com acentuada concentração por sexo e o Serviço Social é um deles. Estão surgindo novas áreas de formação com evidente concentração por sexo, estão ocorrendo mudanças de perfis quanto ao sexo em outras profissões como é caso da medicina. Estes são os fatos. Entretanto, se estabeleceu um longo debate com base em premissas conceituais no campo do gênero que precisam ser objeto de avaliação neste texto para garantir uma abordagem mais clara do objeto de investigação na pesquisa e sua proposta metodológica. Estas premissas se estabelecem a partir do que foi definido como sexo e do que foi



conceitualmente considerado como gênero. As controvérsias quanto a estas abordagens ainda não estão solucionadas. É possível perceber expressões relacionadas ao que é sexo e ao que é gênero de forma ambígua. Referir-se a sexo em pesquisas e estimativas de comportamento social, hoje, é praticamente um imperativo metodológico quanto ao levantamento de dados. Sexo não pode ser confundido com o conceito de gênero que é a base analítica para diferenciar o que está sendo classificado como feminino e masculino em uma determinada cultura e observar as possíveis formas hierárquicas estabelecidas entre homens e mulheres, pois se pressupõe que o gênero é expressão de uma relação de poder entre estes sujeitos sociais. Sexo é a base biológica a partir da qual se constroem socialmente os elementos simbólicos relacionados culturalmente ao que é masculino e feminino em uma sociedade e, na maioria delas, este processo se dá de forma hierárquica, evidenciando supremacia masculina. É uma relação de poder própria, específica, estabelecida entre estes sujeitos, sexuadamente considerados homens e mulheres pelos padrões estabelecidos quanto a estas diferenças. Em geral, o sexo tem sido fundamental como elemento classificatório na organização social, das sociedades mais primitivas às mais avançadas. Os estudos antropológicos expuseram claramente esta constante nos estudos sobre os agrupamentos humanos. Portanto, não é possível considerar o sexo, apenas, como uma variável estatística sem grande impacto nas interpretações sobre os dados quantitativamente mensurados. Observar estatisticamente que o Serviço Social continua sendo uma profissão com uma maioria significativa de mulheres em seus quadros, ao contrário da medicina que vem indicando um equilíbrio na sua composição por sexo é indicador de concepções sobre o imaginário relacionado ao feminino e masculino que precisam ser observados nestes espaços profissionais. Assumir esta linha de investigação pressupõe discutir o que está sendo considerado como feminino ou masculino em uma sociedade.

O problema da etnia

O debate tem se estabelecido em torno da seguinte questão: até que ponto a cor da pele, o tipo de cabelo, os traços do rosto etc, condicionam o sentimento de pertencimento a um grupo? No campo do gênero, o determinante biológico de uma condição “a priori” tem sido identificado mais facilmente e favorece o sentimento de pertencer a um grupo específico de forma mais rápida ou imediata, no interior de diferentes grupos se comparado com o campo da formação de identidades étnicas. Isto é, primeiro o indivíduo se reconhece a partir do sexo como membro de um determinado grupo, sob a pressão dos padrões de comportamento definidos a partir desta condição biológica. Ao longo da convivência com diferentes grupos de sua cultura vai estabelecendo laços com as origens e



tradições étnicas, onde se situam os simbolismos associados à conformação de sua própria caracterização anatômica, física, enfim, fenotípica, no interior da qual, o sexo é uma característica anterior na definição de um “lugar” na sua própria cultura. Neste processo, os padrões associados ao sexo, podem vir a ser questionados pelo indivíduo que não se “enquadre” nos mesmos, caso a organização social permita, ofereça espaços de expressão livre e autônoma, como é valorizado nas sociedades ocidentais. O problema da identidade no campo étnico é mais complexo comparado com o de gênero. A dimensão biológica ainda é considerada um parâmetro para explicar comportamento quanto ao sexo. Entretanto, não é mais considerado um parâmetro para explicar comportamentos de indivíduos ou tendências de escolhas ou trajetórias em grupos com determinadas características físicas. A base explicativa será essencialmente cultural ou política, o que é “um debate à parte”. A partir deste paradigma se sustenta o problema da discriminação étnica. A biologia não é mais um argumento para justificar formas de tratamento diferenciado entre seres humanos quanto a aptidões cognitivas ou meios mais ou menos avançados de civilização como ocorreu no século XIX por influência de escolas antropológicas, em relação aos negros, índios, judeus, chineses, etc. Estas escolas priorizaram argumentos biomédicos para justificar diferenças de desempenho cognitivo e avanço cultural, estabelecendo graus de desenvolvimento entre grupos humanos com base nas características biológicas. Isto influenciou e fortaleceu práticas discriminatórias, contra as quais as políticas de ação afirmativa vêm sendo dirigidas. Uma delas, a mais conhecida e polêmica é a de reserva de vagas para pretos e pardos em exames de seleção para ingresso na universidade como vem ocorrendo nos últimos sete anos, no Brasil. Como uma das etapas deste processo é a inscrição espontânea para a reserva, o procedimento implica em um reconhecimento de identidade étnica que não tem associação, no Brasil, apenas, com a característica fenotípica ou consanguínea, conforme outras sociedades que implantaram este tipo de política. Em algumas instituições o que prevalece é a auto-declaração como forma de concorrer ao montante estabelecido para a reserva. O candidato “decide” se faz parte ou não de um grupo étnico ou se tem interesse em declarar isto para concorrer de forma diferenciada. Em outras experiências, a classificação foi adotada a partir da apresentação da foto, o que já provocou avaliações conflitantes para um mesmo indivíduo, o que favoreceu um questionamento da eficácia da política. Para a pesquisa o que é mais relevante analisar e se torna um problema metodológico complexo são as classificações que serão utilizadas para explicitar a identidade de gênero ou a identidade étnica. Não se pode confundir a variável (sexo ou cor) com o sentimento de grupo, de pertencimento a uma forma de viver ou se comportar diante da sociedade. O que agrava este quadro de incertezas metodológicas é o fato das temáticas apresentarem forte



apelo político que incentivam grupos de ação que se apóiam em algumas classificações as quais vem sendo questionadas do ponto de vista de sua eficácia conceitual e explicativa. O conceito de raça é um exemplo nesta polêmica. Embora, rejeitado por grande parte de pesquisadores como indicador de identidade étnica, ainda é muito utilizado na linguagem das políticas sociais e metas de ação no campo político. A questão que surge com muita força para a pesquisa é: como trabalhar com a classificação dos dados sem discutir e fundamentar de forma mais segura o problema da identidade com base nas relações étnicas e de gênero? Frequentemente, surgem as seguintes perguntas: afinal, o que é ser mulher; o que é ser homem; o que é ser negro; o que é ser branco; o que é ser índio; o que é ser brasileiro, argentino, português, libanês, árabe, judeu, palestino; o que é ser homossexual, transexual, bissexual, heterossexual, o que é ser “diverso”? Basta considerar as características biológicas? No caso da identidade étnica em países como o Brasil, onde a miscigenação entre povos ocorreu com muita intensidade, esta base explicativa sempre foi muito frágil, apresentando fronteiras muito tênues.

As políticas públicas e a formação profissional no Serviço Social diante dos grupos de identidades étnicas e de gênero

Por onde começar e implantação de políticas públicas que tem como metas garantir direitos sociais, cujo eixo de sustentação está exatamente na identificação do sujeito legitimado pela legislação a receber os seus benefícios? No caso da discriminação étnica ou de gênero, quem será beneficiado prioritariamente? O ordenamento jurídico estabelece que todos os cidadãos que venham a sofrer qualquer limitação de acesso aos bens coletivos que a sociedade moderna oferece como direito (e não mais como privilégio) – educação, saúde, moradia, emprego etc., devem ser protegidos e defendidos quanto a estes interesses. Ninguém pode ser cerceado por cor, origem de qualquer natureza biológica, crença religiosa, sexo, opinião política etc. Entretanto, a realidade cotidiana é mais complexa e as formações de diferentes grupos que afirmam identidades sociais diversas impõem um ritmo ao atendimento de suas demandas e o Estado, em geral, é colocado como o interlocutor privilegiado nestes embates de interesses. Profissionais como os do Serviço Social sempre tiveram uma inserção neste espaço institucional e atuam muito frequentemente nos equipamentos públicos. Com a implementação da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas - 1993) e do Sistema Único de Assistência Social (Suas - 2005), novos contornos assumem a prática do assistente social e alguns deslocamentos de objeto ocorrem no cotidiano de sua intervenção. Estes fatos, associados à afirmação de algumas áreas específicas de políticas sociais, com aquelas



dirigidas a saúde da mulher, violência doméstica, proteção da família a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso etc, estabelecem o imperativo de uma qualificação profissional que contemple uma linha de formação acadêmica capaz de responder a estes desafios teórico-metodológicos. Esta tarefa implica em uma abrangente discussão de escolas nas mais diferentes vertentes da sociologia, da antropologia, da história, da economia e da psicologia.

O profissional, ao atuar nestas políticas como gestor, particularmente, ele precisa identificar bem as controvérsias que o objeto de sua ação tem explicitado no campo político-institucional, mas para operar tecnicamente mais preparado e qualificado, precisa conhecer o problema. Do ponto de vista profissional, este problema é de teor teórico-metodológico em primeiro plano e, em segundo plano, é político, pois ao longo de sua implantação serão experimentados todos os obstáculos que as diferentes concepções sobre o problema tenderão a colocar na mesa de negociações. O profissional que atuar nestas políticas como operador direto, no atendimento ao usuário, na “linha de frente” das instituições e das organizações não governamentais, precisam conhecer bem as implicações teórico-metodológicas de seus questionários, entrevistas, formas iniciais de acolhimento em casos muito específicos como os da violência doméstica, violência sexual, por exemplo. Com esta experiência cotidiana podem colaborar com o gestor com base em observações inovadoras e diferenciadas que aparecem apenas, quando sustentadas pela realidade “em tempo real”, o que fica mais difícil e distante para aqueles que estão nos gabinetes da gestão ou da formação profissional, encastelados nas universidades (SILVA, 2007).

Entretanto, se não começarmos a discutir isso na pré-formação universitária, nas escolas de ensino fundamental e médio, dificilmente, vamos conseguir romper este ciclo de alocação por sexo em áreas profissionais específicas que se deslocam em alguns espaços e formação mas revigoram-se e se organizam por sexo em outras. Isto se mantém no Serviço Social, na Pedagogia, na Enfermagem, na Nutrição e muda na Medicina, de forma a alocar por sexo, no interior do grupo profissional. Uma série de novas hierarquias são estabelecidas em novas áreas de conhecimento e nas antigas outras se manifestam com a inserção de mulheres em seus quadros. A abertura do acesso a universidade para grupos étnicos discriminados não corresponde a cursos de grau elevado de prestígio no campo das carreiras disputadas no mercado de trabalho. Estas questões precisam de debate permanente, de modo a estabelecer mais claramente os objetos de investigação e ação profissional sobre o qual estamos propondo políticas públicas. Está em jogo nesta mesa, eficácia, competência profissional e orçamento público.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999
HECKERT, Sonia. *Identidade e mulher no serviço social*. 1989. Dissertação (Mestrado). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade* -v.16.1990.

_____. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Trad. Elvio A. Funck Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.



SCHWARCZ, Lilia K. Moritz – Questão racial e etnicidade In *O que ler na Ciência Social Brasileira*. Org. Sergio Miceli. Vol.3.São Paulo: Editora Sumaré: Anpocs; Brasília, DF: CAPES, 1999.

SILVA, Dayse de Paula Marques da Silva. *A trajetória de mulheres universitárias: a conciliação de carreiras profissionais e tarefas domésticas*, 1989. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Orientação Bila Sorj.

SILVA, Dayse de Paula Marques da Silva. *Relações de gênero no campo profissional da medicina*. 1998. Tese Doutorado (Mimeo) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Orientação Bila Sorj.

SILVA, Dayse de Paula Marques. Superando as desigualdades de gênero: o papel da escola. *Revista Gênero*.v.8,n.1, 2,sem. Niterói: EDUFF, 2007.

_____. Identidades no espaço universitário: gênero e etnia. *Interseções:Revista de Estudos Interdisciplinares*. Ano 9,n.2. Rio de Janeiro/UERJ, 2007.

_____. *Gênero e sexualidade nos PCNs: uma proposta desconhecida*. Encontro Anual da ANPED. GT 23, 2007.

VELOSO, Renato. No caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e gênero, (mimeo), 2001. Dissertação (Mestrado). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, Moema De Poeli. *Negros na universidade: trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003. THERBON, Göran. *Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006

TOSCANO, Moema. *Estereótipos sexuais na educação: um manual para o educador*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.